

RELAÇÕES EXISTENTES NAS ROTINAS DE ABRIGOS PROVISÓRIOS NA CIDADE DE MARÍLIA-SP: ALGUMAS INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO DA MORALIDADE.

Carla Andressa Plácido Ribeiro, Adrián Oscar Dongo Montoya, Eliane Giachetto Saravali. – Inter-áreas - Educação - Departamento de Psicologia da Educação – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Estando o universo impregnado de leis morais, cabe aos indivíduos que nele vive cumpri-las. Porém, estas leis morais não são passadas hereditariamente de geração em geração, para que isso aconteça é necessário à educação exercida do adulto para com a criança. No entanto as “ordens morais, inicialmente, permanecem quase necessariamente exteriores à criança, pelo menos durante os primeiros anos” (PIAGET, 1994, p.151).

A maioria dos pais impõe à criança inúmeros deveres, que a razão para cumpri-los fica por muito tempo incompreensível para ela. Já os pais que optam por uma educação mais liberal, são, por muito tempo, obrigados a sujeitar a criança a vários hábitos de asseio e de higiene alimentar, nos quais elas não conseguem entender de imediato o porquê está realizando, será para elas como as regras naturais como àquelas que regem a natureza. Mas a criança não a sente como vindas de si própria, sendo algo externo. “Há, portanto, desde o início, uma moral da regra exterior e uma moral da reciprocidade [...] e, enquanto estas duas morais não conseguirem realizar sua unidade, a primeira conduz quase fatalmente a um certo realismo” (PIAGET, 1994, p.151).

Estas duas morais são decorrentes dos processos formadores, geralmente sucessivos, sem constituir estágios propriamente ditos, sendo possível notar a existência de uma fase intermediária. A moral da regra exterior, o respeito unilateral, é apresentada pela coação moral do adulto, coação que resulta na heteronomia e, conseqüentemente, no realismo moral¹. A moral da reciprocidade, respeito mútuo, é apresentada pela cooperação, que resulta na autonomia. Entre as duas, podemos distinguir uma fase de interiorização e de generalização das regras e das ordens.

Os pais e adultos em geral, como já dito, tendem a optarem por uma educação de coação pelas exterioridades de suas ordens, reforçando o egocentrismo da criança impedindo-a de chegar à autonomia.

Para Piaget (1994, p.151), enquanto “[...] a criança, dotada de uma liberdade de ação suficiente, sai espontaneamente de seu ser para a cooperação, o adulto age, a maior parte do tempo, de modo a reforçar o egocentrismo infantil sob seu duplo aspecto intelectual e moral”.

Assim, na coação moral o “bem, é obedecer a vontade do adulto” e o “mal, é agir pela própria opinião”. Na fase intermediária, a criança não obedece apenas às ordens do adulto, mas à regra em si própria, “generalizada e aplicada de maneira original”. Apresentando ainda algumas regras vindas de fora do indivíduo, podemos dizer que há uma semi-autonomia (PIAGET, 1994, p.154-5).

Mas como então a criança chegará à autonomia? “[...] há autonomia moral, quando a consciência considera como necessário um ideal, independente de qualquer pressão exterior” (PIAGET, 1994, p.155).

A autonomia de fato, acontecerá, quando a criança descobrir, que a veracidade é necessária nas relações de simpatia e de respeito mútuo, de tratar os outros como gostaria de ser tratado.

O alcance educativo do respeito mútuo e dos métodos baseados na organização social espontânea das crianças entre si é precisamente o de possibilitar-lhes que elaborem uma disciplina, cuja necessidade é descoberta na própria ação, ao invés de ser recebida inteiramente pronta antes que possa ser compreendida (PIAGET, 1973, p.77).

Então, é de fundamental importância o papel da educação moral fundamentada na autonomia e na reciprocidade.

¹ Entendemos por realismo moral a tendência da criança em considerar os deveres e os valores a eles relacionados como subsistentes em si, independente da consciência e se impondo obrigatoriamente em qualquer momento.

Sendo claro a existência do direito à educação para todas as crianças, o que implica no pleno desenvolvimento da personalidade humana, esse ideal não pode ser alcançado por qualquer um dos métodos com eficácia – nem a autonomia da pessoa, que pressupõe em pleno desenvolvimento, nem a reciprocidade, que acarreta no respeito mútuo – se basear a educação na autoridade e na opressão moral, mas antes, requer para sua formação, a experiência vivida e a liberdade de pesquisa (PIAGET, 1973, p.79).

Como previsto na Lei nº 8.069 no Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, toda criança tem direito ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. E estão incumbidos em cumprir essa lei, os pais e responsáveis pela criança menor (BRASIL, 1990).

Tendo por base a teoria de Jean Piaget, a educação não é apenas uma formação, mas uma condição formadora necessária ao próprio desenvolvimento natural, assim, falar de educação é em primeiro lugar reconhecer o papel indispensável dos fatores sociais na própria formação do indivíduo (PIAGET, 1973, p.35).

Cabe então à família o desempenho do papel de educadora antes da criança ingressar na escola e, a manutenção desta até sua maioridade. E do Estado, no caso das crianças e adolescentes que vivem em abrigos provisórios, por serem órfãos, ou por terem sido retirados do convívio familiar por motivos relevantes, como refere o Art. 24 da referida Lei:

A perda e a suspensão do pátrio poder serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22 (BRASIL, 1990).

Atentando aqui na educação moral, surge a seguinte questão: como ocorre a construção do juízo moral na criança e adolescente que vive em abrigos provisórios longe do convívio familiar e quais as relações existentes nestes abrigos que influenciam no desenvolvimento da moralidade de seus abrigados?

Diante deste problema, temos a hipótese de duas prováveis soluções. Em primeiro lugar, se considerarmos que a criança apresenta em sua rotina nos abrigos a relação unilateral seu juízo moral resultará na heteronomia, ou se apresentar o respeito mútuo, o juízo moral resultará na autonomia. Porém levando em consideração o tempo em que elas estão vivendo no abrigo provisório, pois pode ter tido em seu convívio familiar relações que possam interferir nas em que vive na rotina dos abrigos provisórios, o que acarretará em outra provável solução para tal problema.

Esta pesquisa desenvolvida em nível local, em três das quatro instituições de abrigos provisórios da cidade de Marília-SP, tem por objetivo compreender como as relações rotineiras das instituições de abrigos provisórios da cidade de Marília-SP interferem no desenvolvimento da moralidade de seus abrigados. Foi escolhida esta cidade por estar nela localizada a universidade promotora da pesquisa, facilitando assim as visitas, além de apresentar em seu slogan uma curiosidade como a frase de que Marília é a “Cidade amiga da criança”.

Além de coleta de dados e análise bibliográfica referente à temática, estão sendo realizadas entrevistas junto aos responsáveis pelos abrigos, aos funcionários, e às crianças e adolescentes que neles vivem.

Nas observações realizadas nos abrigos provisórios, notamos que suas rotinas apresentam caráter assistencialista, não proporcionando o desenvolvimento da autonomia de seus abrigados. As atividades diárias, as normas e os horários são atribuídos pelas “tias”, cabendo aos abrigados somente cumpri-las, reforçando assim o relacionamento unilateral.

Mesmo quando uma criança ou adolescente se recusa a fazer alguma atividade que está sendo proposta, este deverá permanecer no local sem incomodar os outros e diante da supervisão do adulto responsável pela turma. O espaço do abrigo só poderá ser explorado pelos abrigados mediante ao acompanhamento de um funcionário, caso contrário são advertidos.

As crianças maiores ajudam os adultos manter a ordem em relação aos pequenos, têm autoridade para chamar a atenção e muitas vezes usam de força física para obterem êxito na repreensão dos menores. Diante da coação sofrida pela criança, esta se sente obrigada em cumprir a ordem mesmo não a achando justa.

Ao analisar as condições do abrigados atualmente, verificamos que pouco mudou em relação com as condições que tinham os órfãos no Brasil Colônia, quando surgiram as primeiras casas de abrigos para órfãos e crianças indígenas. Os padres eram encarregados de educar as crianças para viverem na fé cristã e como um cristão, para isso, ensinavam desde pequenos o cristianismo. Apesar do ensinamento cristão ter a prioridade nestas casas, os padres também as preparavam para algum ofício como a tecelagem.

Eram louvados também aqueles que, instruídos desde cedo com os padres, e já crescidos, davam-se a ofícios, como o caso de alguns meninos da Bahia criados na Casa do Espírito Santo que aprendendo o ofício de tecelão, e sendo casados com moças que haviam aprendido a fiar, finalmente ganhavam sua vida ao modo dos cristãos, o que [...] era de se estimar, principalmente naqueles, que tão pouca habilidade tinham (CHAMBOLEYRON, 1999, p.61).

Ainda notamos de certa forma o assistencialismo nos abrigos provisórios na cidade de Marília-SP. Nestes abrigos as crianças recebem moradia, alimentação, assistência médica e educacional, ensinamento religioso e artesanal. Na adolescência são encaminhados para alguma instituição de ensino profissional ou técnico da cidade a fim de serem qualificados a uma profissão.

Mas ao que se refere o desenvolvimento da moralidade, as crianças ficam condicionadas a cumprirem as ordens e tarefas, não são estimuladas a discutirem o porque do cumprimento destas e nem na elaboração de outras regras que julgarem necessárias para o convívio nos abrigos. Quando resolvem não “aproveitar” o trabalho que está sendo proposto são taxados como quem “desperdiça” as oportunidades que lhes são oferecidas. Como vimos, as rotinas dos abrigos provisórios na cidade de Marília-SP pouco tem contribuído para a autonomia das crianças e dos adolescentes que neles vivem.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº .8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>

CHAMBOLEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

PIAGET, J. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.

_____. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

Bolsa: BAAE